



CONTRATO 012/2024

CONTRATO Nº 012/2024
PROCESSO Nº 086/2023
TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2023

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VALÉRIO E A EMPRESA: **CMN CONSTRUÇÕES, PAVIMENTAÇÕES E Ç/LOCAÇÕES LTDA** AVISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE VIAS PÚBLICAS URBANAS NO MUNICÍPIO DE SÃO VALÉRIO, POR ADMINISTRAÇÃO DIRETA – EMPREITADA GLOBAL, DE ACORDO COM O OBJETO DO CONTRATO DE REPASSE Nº 912139/2021/MDR/CAIXA, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO VALÉRIO E A MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR.

CONTRATANTE PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VALÉRIO, CNPJ nº 25.043.449/0001-68 com sede na av Minas Gerais, representado neste ato pelo Prefeito Sr. **OLIMPIO DOS SANTOS ARRAES**, brasileiro, casado, portador do CPF Nº 123.929.281-34, residente e domiciliado av Araguaia;

CONTRATADA: CMN CONSTRUÇÕES, PAVIMENTAÇÕES E /LOCAÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito inscrita no CNPJ n. 28.251.619/0001-41, sediada na Av. Alfredo Nasser, s/n, Qd. 09, Lt. 16, Sl. 03, Loteamento Nova Araguaína, Araguaína – TO, representada pelo Sr. Cristiano Marcelino Moreira
Resolvem celebrar o presente Contrato, que se regerá pelas cláusulas e condições que seguem:

1. DO FUNDAMENTO LEGAL DO CONTRATO

O presente Contrato decorre de **Ato de Ratificação do procedimento licitatório acerca da TOMADA DE PREÇOS nº 001/2023, por parte do Gestor da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VALÉRIO**, que, agindo no exercício de suas atribuições constitucionais, com fundamento no disposto na Lei nº 8.666/93.

2. DO OBJETO E DA FORMA DE EXECUÇÃO

2.1 O objeto do presente contrato é a contratação pelo regime de execução indireta tipo **MENOR PEÇO GLOBAL**, visando a **Contratação de empresa especializada para execução de pavimentação asfáltica de vias públicas urbanas no Município de São Valério, por administração direta – empreitada global, de acordo com o objeto do Contrato de Repasse Nº 912139/2021/MDR/CAIXA, firmado entre o Município de São Valério e a Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR**, de acordo com as especificações e informações técnicas constantes do Edital da TOMADA DE PREÇOS nº 001/2023 seus Anexos, bem como outras informações contidas no Processo Administrativo nº **086/2023**. A Contratada se Obriga a Executar a Obra e Serviços objeto deste contrato pelo regime de empreitada preço Global,



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VALÉRIO-TO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ADM:2021/2024



com fornecimento do material, mão de obra e equipamentos que se fizerem necessários para uma perfeita consecução do objeto contratual.

3. DO VALOR DO CONTRATO

Pela execução dos serviços previstos, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância de **R\$ 834.213,70 (oitocentos e trinta e quatro mil duzentos e trezes reais e setenta centavos)**, que serão pagos mediante as medições realizadas e aprovadas pelo fiscal técnico da Prefeitura Municipal de São Valério, de acordo com os serviços efetivamente executados, obedecendo ao cronograma físico-financeiro onde as medições serão assinadas pelo Fiscal Responsável, será solicitada a contratada a emissão da respectiva nota fiscal de serviços, com os respectivos serviços e informações necessárias discriminadas. A planilha de quantidades e preços apresentada pela proponente vencedora na licitação, que passa a fazer parte integrante deste contrato.

01	Contratação de empresa especializada para execução de pavimentação asfáltica de vias públicas urbanas no Município de São Valério, por administração direta – empreitada global, de acordo com o objeto do Contrato de Repasse Nº 912139/2021/MDR/CAIXA, firmado entre o Município de São Valério e a Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR	
		VALOR GLOBAL

Sendo pagos somados dentre esse valor uma contrapartida da Prefeitura Municipal de São Valério o valor de **R\$ 834.213,70 (oitocentos e trinta e quatro mil duzentos e trezes reais e setenta centavos)**.

5 DO PAGAMENTO

5.1 Os pagamentos serão realizados, mediante as medições realizadas e aprovadas pelo fiscal técnico da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VALÉRIO, de acordo com os serviços efetivamente executados, obedecendo ao cronograma físico-financeiro onde as medições serão assinadas pelo Fiscal Responsável, será solicitada a contratada a emissão da respectiva nota fiscal de serviços, com os respectivos serviços e informações necessárias discriminadas e conforme a **liberação da mandatária**.

6 DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS

6.1 Todos os serviços que contempla este projeto básico deveram ser seguidos rigorosamente os memoriais descritivos, planilhas e projetos, não podendo em hipótese algumas alterações sem uma comunicação prévia ao fiscal, e a aprovação do fiscal por escrito, via e-mail ou diário de obras.

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DOS RECURSOS FINANCEIROS

7.1 As despesas com a contratação do serviço correram por conta da dotação orçamentária da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VALÉRIO.

PROGRAMA	0001. – 04.122.0001.1.003
----------	---------------------------



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VALÉRIO-TO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ADM:2021/2024



ELEMENTO DE DESPESA	4.4.90.51 – OBRAS E INSTALAÇÕES
FONTE DE RECURSOS	1.700.0000.000000/ Tranf. De Convênios Federais

8. DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO:

8.1 A fiscalização e acompanhamento da execução dos serviços contratos serão efetuados pelo Setor de Engenharia da PREFEITURA MUNICIPAL, Que registrara todas as ocorrências e deficiências em relatório, cuja cópia será encaminhada à contratada, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas, e adotando as providencias necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei 8.666/93.

8.2 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da execução do objeto e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato.

8.3 Quaisquer exigências da Fiscalização, inerentes ao fornecimento do objeto, deverão ser prontamente atendidas pela Contratada sem ônus para a Secretaria.

8.4 A Fiscalização exercida por interesse da Secretaria não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, durante a vigência do contrato, por danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, por qualquer irregularidade, e na sua ocorrência, não implica cor responsabilidade do Poder Público ou de seus servidores conforme art. 70 da Lei nº8.666/93.

8.4.1 A atuação ou eventual omissão da Fiscalização durante a entrega do objeto e vigência do contrato, não poderá ser invocada para eximir a Contratada das responsabilidades e obrigações assumidas para a execução do objeto.

8.5 A comunicação entre a Fiscalização e a Contratada será realizada através de correspondência oficial e anotações ou registros acerca da execução do objeto.

8.6 Zelar para que durante a vigência do contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas por parte da Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.7 Ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou inadimplência por parte da CONTRATADA, os titulares da fiscalização deverão, de imediato, comunicar por escrito ao órgão de administração da CONTRATANTE, que tomará as providências para que se apliquem as sanções previstas na Lei, no Edital, no Instrumento Contratual e no Termo de Referência, sob pena de responsabilidade solidária pelos danos causados por sua omissão.

8.8 A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá a CONTRATADA da integral responsabilidade pelos encargos ou serviços que são de sua competência.

9 DAS PENALIDADES

9.1 Serão aplicadas à CONTRATADA, garantido o contraditório e a ampla defesa, as seguintes penalidades:

9.2 Multa por Descumprimento de Prazos e Obrigações:

9.2.1 Na hipótese da CONTRATADA não entregar o objeto contratado no prazo estabelecido, caracterizar-se-á atraso, e será aplicada multa de 1% (um por cento) por dia, até o máximo de 20% (dez por cento), sobre o saldo restante a ser pago, conforme cronograma físico financeiro.

9.2.1.1 A CONTRATANTE a partir do 10º (décimo) dia de atraso, poderá recusar o objeto contratado, ocasião na qual será cobrada a multa relativa à recusa e não mais a multa diária por atraso, ante a imaculabilidade da cobrança;



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VALÉRIO-TO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ADM:2021/2024



- 9.2.1.2 Em caso de recusa do objeto contratado aplicar-se-á multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação;
- 9.2.1.3 Entende-se configurada a recusa, além do descumprimento do prazo estabelecido no cronograma, as hipóteses em que a CONTRATADA não apresentar situação regular conforme exigências contidas no Edital e seus anexos.
- 9.2.2 Caso a CONTRATADA não atenda aos demais prazos e obrigações constantes no Edital, neste Termo de Referência e no Contrato, aplicar-se-á multa de 1% (um por cento) por dia, limitada a 20% (dez por cento) sobre o valor da contratação.
- 9.2.3 A multa aplicada em razão de atraso injustificado não impede que a Administração rescinda a contratação e aplique outras sanções previstas em Lei.
- 9.3 Multa por Rescisão
- 9.3.1 Nas hipóteses de rescisão unilateral, deve ser aplicada multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação.
- 9.3.2 Não deve haver cumulação entre a multa prevista neste artigo e a multa específica prevista para outra inexecução que enseje em rescisão. Nessa hipótese, deve ser aplicada a multa de maior valor.
- 9.3.3 As multas descritas serão descontadas de pagamentos a serem efetuados ou da garantia, quando houver, ou ainda cobradas administrativamente e, na impossibilidade, judicialmente.
- 9.3.4 A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VALÉRIO, poderá suspender o pagamento devido até a conclusão dos processos de aplicação das penalidades.
- 9.3.5 As penalidades aplicadas à CONTRATADA serão publicadas no diário oficial e no site do município.
- 9.3.6 A CONTRATADA não incorrerá em multa durante as prorrogações compensatórias expressamente concedidas pela CONTRATANTE, em virtude de caso fortuito, força maior ou de impedimento ocasionado pela Administração.

10 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1 São de exclusiva conta e responsabilidade da contratada, além das previstas em lei e nas normas aplicáveis, as obrigações que se seguem.
- 10.2 Obrigações Gerais
- 10.2.01 Responsabilizar-se integralmente pela execução dos serviços, nos termos da legislação vigente e exigências contidas no Termo de Referência, observadas as especificações, normas e outros detalhamentos; quando for o caso ou no que for aplicável, fazer cumprir, por parte de seus empregados e prepostos, as normas da Contratante;
- 10.2.02 Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Contratante;
- 10.2.03 Executar os serviços no prazo estabelecido ou quando necessário, informando em tempo hábil qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite assumir o estabelecido;
- 10.2.04 Assumir inteira responsabilidade quanto à garantia e qualidade dos serviços, reservando à Contratante o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados;
- 10.2.05 Manter, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.
- 10.3 Obrigações Operacionais
- 10.3.01 Executar os serviços atendendo plena e satisfatoriamente ao especificado no memorial descritivo e especificações técnicas;
- 10.3.02 Manter o durante e até a entrega, o ambiente da obra limpo sem resíduos ou entulhos.
- 10.3.03 Atender, de imediato, às solicitações relativas à substituição, reposição ou troca dos serviços executados que não atenda ao especificado ou ainda que apresentem vícios;



10.3.04 Quando for o caso, comunicar imediatamente à Contratante qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;

10.3.05 Responder objetivamente por quaisquer danos pessoais ou materiais decorrentes do fornecimento de materiais seja por vício de fabricação ou por ação ou omissão de seus empregados;

10.8.6 Assumir inteira responsabilidade quanto à qualidade dos serviços executados;

10.4 Obrigações comerciais, tributárias e outras:

10.4.01 Assumir a responsabilidade por todos os encargos e obrigações previstos na legislação decorrentes a esse fornecimento, obrigando-se a saldá-los na época própria;

10.4.02 A inadimplência com referência aos encargos e obrigações estabelecidos não transfere a Contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o fornecimento, razão pela qual a Contratada renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a Contratante.

10.4.03 Pagar em dia todos os encargos trabalhistas, previdenciário e social, bem como arca com todas despesas de transporte, estadia e salários do pessoal necessário a obra, assim como combustível, Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), e outras, mas que se fizerem necessários.

10.4.04 proceder a garantia contratual, no percentual de 5% sobre o valor a ser contratado, nos termos e modalidades previstos na lei n. 8.666/93, no prazo improrrogável de 05 (cinco) dias para consequente efetivação do instrumento contratual e sua regular publicação

10.5 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.5.1. Fornecer todos os projetos, planilhas e memoriais para a respectiva obra;

10.5.2 Efetuar os devidos pagamentos a contratada mediante a aprovação dos respectivos boletins de medição aprovados pelo fiscal da obra;

10.5.3 Informar e fornecer a contratada todas as informações e arquivos pertinentes ao processo, de maneira a facilitar a execução da mesma em tempo hábil e eficaz.

11 DO RECEBIMENTO DO OBJETO

11.1 Do Recebimento Provisório:

11.1.1 O objeto do contrato será recebido provisoriamente pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, **em até 10 (dez) dias corridos** da comunicação, pela executante, da conclusão dos serviços contratados. Essa comunicação poderá ser realizada por simples registro no Relatório Diário da Execução do Serviço. Neste termo constarão, como anexos, os seguintes elementos, necessários para consecução do recebimento definitivo:

11.1.1.1 Relação dos documentos exigíveis, a serem fornecidos pela CONTRATADA. Estes documentos exigíveis referem-se aos projetos na versão "como executado" (as built), além de outros que a fiscalização julgue necessário para perfeita formalização do recebimento definitivo;

11.1.1.2 Relação dos serviços de correções e complementações.

11.2 DO RECEBIMENTO DEFINITIVO:

11.2.1 O objeto do contrato será recebido definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, **em até 30 (trinta) dias corridos** do recebimento provisório, no qual constará expressamente o atendimento aos elementos determinados no recebimento provisório.

12 DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA CONTRATUAL



12.1 O prazo para a entrega será conforme cronograma físico financeiro, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço.

12.1.1 A execução do objeto deverá seguir o cronograma físico financeiro proposto.

12.2 O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da ordem de serviços, considerando as possíveis prorrogações, nos termos da Lei n.º8.666/93.

13. DA RESCISÃO

Reconhecem as partes o direito da Administração Municipal de rescindir o presente contrato, com as consequências contratuais e as previstas na Lei ou regulamento, conforme disposto no Art. 77 da lei 8666/93.

Os motivos, a forma, e a consequência da rescisão, serão regulamentadas pelos dispostos nos Art. 77 a 80 da lei 8666/93.

14. DO REAJUSTE E ALTERAÇÕES

14.1 Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea "d" da Lei 8.666/93.

14.2 No caso de solicitação do equilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá solicitar formalmente a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VALÉRIO, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo que o mesmo será encaminhado à Assessoria Jurídica do Município para o devido parecer.

14.3 Este presente contrato poderá ser alterado conforme nos dispostos Art. 65 da Lei 8.666/93.

15. POR ACORDO

Este contrato poderá ser rescindido por mútuo acordo das contratantes, atendida a conveniência dos serviços, recebendo a CONTRATADA o valor dos serviços executados.

15.1 POR INICIATIVA DA ADMINISTRAÇÃO

A CONTRATANTE terá o direito de rescindir o presente contrato, independente de ação, notificação ou interpelação judicial, assegurada à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei no. 8.666/93.

16. DA SUBCONTRATAÇÃO

Sempre que for julgado conveniente, de acordo com a fiscalização, poderá a CONTRATADA subcontratar trabalhos ou serviços especializados relativos e em curso, devendo, no caso, os ajustes de subcontratações serem aprovados pelo CONTRATANTE. A CONTRATADA, entretanto, será responsável perante o CONTRATANTE pelos serviços dos subcontratados, podendo, no caso de culpa destes, e se os interessados nas obras o exigirem rescindir os respectivos ajustes, mediante aprovação do CONTRATANTE.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 Rege-se-á o presente Contrato, no que for omissivo pelas disposições constantes na Lei n. 8.666/93, no Edital da TOMADA DE PREÇOS nº 001/2023 e Processo Administrativo Nº 086/2023.

17.2 Farão parte integrante do contrato, todos os elementos apresentados pela licitante vencedora, que tenha servido de base para o julgamento da licitação, bem como as condições estabelecidas nesta Tomada de Preços e seus anexos, independentemente de transcrição.

18. DO FORO



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VALÉRIO-TO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ADM:2021/2024



Para dirimir todas as questões decorrentes deste contrato, fica eleito o foro da Comarca de Peixe - TO, Estado do Tocantins, não obstante outro domicílio que a CONTRATADA venha a adotar, ao qual expressamente aqui renúncia.

18.1 E, por assim estarem justos, combinados e contratados, sendo que uma de suas vias constituirá o livro próprio de contrato do CONTRATANTE, e depois de lido e achado conforme pelas partes, em presença das testemunhas abaixo declaradas, foi em tudo aceito, sendo assinado pelas partes contratantes, pelas testemunhas que subscrevem ao final.

São Valério – TO, aos dias do mês de 29 de janeiro de 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VALÉRIO
CNPJ: 25.043.449/0001-68
OLIMPIO DOS SANTOS ARRAES
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

CMN CONSTRUÇÕES, PAVIMENTAÇÕES E /LOCAÇÕES LTDA
CNPJ: 28.251.619/0001-41
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF: